



**COMANDO MILITAR DO LESTE  
1.ª REGIÃO MILITAR  
PREFEITURA MILITAR DA ZONA SUL  
ADMINISTRAÇÃO DO EDIFÍCIO PRAIA VERMELHA (AEPV)/1987**

Quartel Praça General Tibúrcio, 83 - Urca, Rio de Janeiro - RJ, 10 de dezembro de 2020  
(quinta-feira)

**BOLETIM INTERNO Nº 95/2020**

**Para conhecimento desta Prefeitura e devida execução, publico o seguinte:**

**1ª Parte  
SERVIÇOS DIÁRIOS**

**ESCALA DE SERVICO**

Serviço Diário

**ESCALA DE SERVIÇO**

**Guardas ao EPV**

<b>Data</b>	<b>Representante do Cmdo</b>	<b>Motorista</b>	<b>Permanência 1</b>
11 DEZ 6ª feira	2º SGT ANDRÉ RENATO	X	SD EV RANGEL RAMOS
12 DEZ sábado	3º SGT FONSECA	X	SD DARLAN
13 DEZ domingo	CB ELBER	X	SD KEVIN
14 DEZ 2ª feira	3º SGT ALVES	SD RAMON	SD JOÃO VITOR
15 DEZ 3ª feira	CB VITOR RODRIGUES	X	SD EV RCHARDSON

**2ª Parte  
INSTRUÇÃO**

Sem Alteração

**3ª Parte  
ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1. ASSUNTOS GERAIS**

**RECEBIMENTO DE OFICIO**

1. Esta PMZS, recebeu o Ofício nº 269- DA/ ECEME/ECEME, de 17 de novembro de 2020, do

Presidente da Associação de Compossuidores do Edifício São João (ACESJ), em que é solicitado o repasse do valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) por Unidade Habitacional referente a cota de energia elétrica coletiva e R\$ 167,00 (cento e sessenta e sete reais) da cota de água e esgoto coletivo dos PNRs desocupados no período de 1º de agosto a 31 de outubro.

## 2. Em consequência.

a) Seção de cobrança, informar ao Presidente da ACESJ, que o valor da cota de água e esgoto foram repassadas corretamente no período .

b) Setor Financeiro, tome conhecimento e realize o repasse a ACESJ, o valor de R\$ 2.735,91 (dois mil setecentos e trinta e cinco reais e noventa e um centavos), por não ter sido incluída no período considerado. Conforme tabela abaixo

Calculo para fins de repasse financeiro no mês de agosto/2020 referente ao mês julho/2020					
Total de 03 PNRs desocupados durante o mês anterior da referencia					
Desc.	Data	LIGTH		total	
		und	total		
1101-A	05/04/2020	R\$ 160,00	R\$ 480,00	R\$ 480,00	
1102-A	09/06/2020				
1102-B	17/02/2020				
Total de 04 PNRs desc/ocup. durante o mês de julho/2020					
Situação			Dias	LIGTH	
PNR	Desc	Ocup		uni	total
101-B	05/07/2020	-	25	R\$ 160,00	R\$ 133,33
402-B	28/07/2020	-	2		R\$ 10,66
901-B	-	06/07/2020	5		R\$ 26,66
301-D	-	07/07/2020	6		R\$ 32,00
Total a ser repassado R\$ 682,65					

Calculo para fins de repasse financeiro no mês de setembro/2020 referente ao mês agosto/2020					
Total de 06 PNRs desocupados durante o mês anterior da referencia					
Desc.	Data	LIGTH		total	
		und	total		
1101-A	05/04/2020	R\$ 160,00	R\$ 960,00	R\$ 960,00	
1102-A	09/06/2020				
101-B	05/07/2020				
402-B	28/07/2020				
1102-B	17/02/2020				
1102-D	30/07/2020				
Total de 01 PNRs desc/ocup. durante o mês de agosto/2020					
situação			Dias	LIGTH	
PNR	Desc	Ocup		uni	total
1301-B	13/08/2020	21/08/2020	9	R\$ 160,00	R\$ 48,00
Total a ser repassado R\$ 1.008,00					

-

Calculo para fins de repasse financeiro no mês de outubro/2020 referente ao mês setembro/2020

Total de 06 PNRs desocupados durante o mês anterior da referencia

Desc.	Data	LIGTH		total
		und	total	
1101-A	05/04/2020	R\$ 160,00	R\$ 800,00	R\$ 800,00
1102-A	09/06/2020			
101-B	05/07/2020			
1102-B	17/02/2020			
1102-D	30/07/2020			

Total de 03 PNRs desc/ocup. durante o mês de setembro/2020

situação			Dias	LIGTH	
PNR	Desc	Ocup		uni	total
402-B	-	09/09/2020	8	R\$ 160,00	R\$ 42,60
502-D	08/09/2020	-	22		R\$ 117,33
COB-B	14/09/2020	-	16		R\$ 85,33

Total a ser repassado R\$ 1.045,26

Pessoa jurídica: Associação de Compossuidores do Edifício São João(c) Informo os dados bancários da ACESJ

- CNPJ: 34.140.809/0001-30
- Agência : Botafogo (0287-9)
- Conta corrente: 47353-

## 2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

### a. PAGAMENTO ASSOCIAÇÃO DE COMPOSSUIDORES

Calculo para fins de repasse financeiro no mês de Dezembro/2020, referente ao mês Novembro/2020

ACESJ - CNPJ: 34.140.809/0001-30; BANCO - 001; AG: 0287-9; C/C - 47353-7;

Total de PNRs desocupados no Mês anterior da referencia.

Desoc.	Cond. Valor		Água Comum		Luz
	Unit	Total	Unit	Total	
7	424	2.968,00	167,7	1.173,90	160

Total de PNRs desocupado/ocupados no Mês de referencia.

Situação						
Pnr			Desoc			
101-C			24/11/20			
401-C			05/11/20			
501-C			03/11/20			
401-D			22/11/2020			
601-D			11/11/2020			
DIA(s).	Condomínio Valor			Água Comum		
	Unit	Total		Unit	Total	
6	424	84,8		167,7	33,54	
25	424	353,33		167,7	139,75	
27	424	381,6		167,7	150,93	
5	424	70,67		167,7	27,95	
17	424	240,27		167,7	95,03	
Total R\$ 2.004,53						
Total a ser REPASSADO R\$ 7.266,43						

ACRLV - CNPJ: 28.830.190/0001-93; BANCO - 104; AG: 2264; C/C - 2402-0;

Total de PNRs desocupados no Mês anterior da referencia.								
Desoc.	Condominio Valor		F. Reserva		Total			
	Unit	Total	Unit	Total				
16	836,16	13.378,56	41,81	668,96	14.047,52			
Total de PNRs desocupado/ocupados no Mês de referencia.								
Situação			DIA(s).	Condomínio Valor		Cota Exta		Total
Pnr	Desoc	Ocup.		Unit	Total	Unit	Total	
201-2	05/11/2020	-	25	836,16	696,8			731,64
Total R\$ 731,64						41,81 34,84		
Total a ser REPASSADO R\$ 14.779,1								

ACEMCB - CNPJ: 34.989.255/001-40; BANCO - 001; AG: 0597-5; C/C - 39.840-3;

Total de PNRs desocupados no Mês anterior da referencia.						
Desoc.	Condominio Valor		Total			
	Unit	Total				
2	1.312,44	2.624,88	R\$ 2.624,88			
Total de PNRs desocupado/ocupados no Mês de referencia.						
Situação			DIA(s).	Condomínio Valor		Total
Pnr	Desoc	Ocup.		Unit	Total	
501	17/11/2020		13	1.312,44	568,72	568,72
Total R\$ 3.193,6						
Total a ser REPASSADO R\$ 1.360,78						

\* Deixo de recolher o valor total R\$ 1.832,82 (um mil oitocentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos) referente a fatura da LIGTH, com vencimento na data de 24/12/2020, tendo em vista que até a presente data o Presidente da Associação de Compossuidores não providenciou a transferência de

titularidade.

EPL - CNPJ: 35.396.353/0001-37; BANCO - 001; AG: 1211-4; C/C - 53708-x;

Total de PNRs desocupados no Mês anterior da referencia.			
Desoc.	Condominio Valor		Total
	Unit	Total	
1	1.168,42		1.168,42
Total de PNRs desocupado/ocupados no Mês de referencia.			
Situação			DIA(s).
Pnr	Desoc	Ocup.	
404	17/11/2020		13
Total R\$ 1.674,74			506,32 506,32
Totala ser REPASSADO R\$ 25,30			

\* Deixo de recolher o valor total R\$ 1.649,44 (um mil seicentos e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) referente a fatura da LIGTH, com vencimento na data de 24/12/2020, tendo em vista que até a presente data o Presidente da Associação de Compossuidores não providenciou a transferência de titularidade.

Em consequência, setor financeiro tomar conhecimento e providencias.

#### b. PRESTAÇÃO DE CONTAS - Destinação de Valores de PNR

Autorizo a destinação da receita arrecadada do relatório de desconto em favor da UG-PPP 760 recebido através da 2020PF020138 de 01 de dezembro de 2020 do CPEx conforme se segue:

a. Restituição de taxa de uso de PNR aos militares abaixo relacionados, por ter ocorrido desconto a maior em seus contracheques:

Pst/Grad – Nome	CPF	Banco	Agência	C/C	Mês	Valor
Gen Brg LOURENÇO WILLIAM DA SILVA RIBEIRO PINHO	808.853.147-00	001	29335	0055522	Nov/20	437,15
Cel RICARDO HAMPEL VICENTE	569.290.647-34	001	00426	278874	Nov/20	286,28
Ten Cel REGIS LUCIANO FONTOURA SOARES	201.718.598-12	001	131-7	70.845-3	Nov/20	275,63

Ten Cel ALDEMIR SILVEIRA DE ANDRADE	035.577.927-73	237	76953	000000126241	Nov/20	275,62
Maj MARLOS DE MENDONÇA CORREA	201.718.878-67	237	66157	000002050170	Nov/20	271,67
Maj EDUARDO SCHLUP	812.928.720-04	001	4359-1	0000182915	Nov/20	72,45
Maj WAGNER MONTEIRO MATTOS	073.033.537-20	033	3795	02003154-9	Nov/20	231,00
2 Sgt ANTONIO DE PADUA RODRIGUES DOS SANTOS	011.119.587-00	001	05983	4205537	Nov/20	155,58
2 Sgt JOSÉ GUSTAVO HONORATO CAMPOS	932.089.287-34	104	08397	1000213225	Nov/20	118,38
2 Sgt JOSÉ JORGE DE ALMEIDA ANDRADRE	857.380.507-20	001	02658	452637	Nov/20	20,67
2 Sgt MARCIO SOARES DA SILVA	029.141.617-94	104	02143	001000205208	Nov/20	166,95
<b>Valor Total a ser Restituído</b>						<b>2.311,38</b>

c. ADITAMENTO - Distribuição

Com o presente Boletim está sendo distribuido o ADT nº 018/PNR, de 10 de dezembro de 2020, que versa sobre a ocupação e desocupação de PNR.

Em consequência, os demais interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

(Nota nº 3356, de 8 de dezembro de 2020, da(o) Sec PNR)

**4ª Parte**  
**JUSTIÇA E DISCIPLINA**

## 1. JUSTIÇA

### SOLUÇÃO DE SINDICÂNCIA

(Sindicância NUP: 64661.001646/2020-65 )

1. Da análise das averiguações que mandei proceder por intermédio do Maj **ADRIANO MACHADO VIANA**, pela Portaria nº 006 –Sect, de 08 de outubro 2020, resolvo acolher o parecer do sindicante, no sentido de que as partes foram ouvidas e os fatos elucidados, estribados nos seguintes fundamentos em relação ao Ten Cel RÉGIS LUIANO FONTOURA SOARES:

a) Foi verificado que não houve o pagamento por parte do permissionário da Taxa de Uso, Taxa de Uso complementar, condomínio, consumo de energia elétrica, gás natural residencial, água e esgoto, individual e coletivo, do Próprio Nacional Residencial (PNR), localizado no Edifício São João (ESJ), Cobertura B, bairro Urca - Rio de Janeiro, dos meses de abril de 2017 a julho de 2020, que totalizaram um dívida atualizada de R\$ 54.893,75 (cinquenta e quatro mil oitocentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).

b) Prontamente o militar reconheceu a dívida junto à PMZS e assinou o TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA, autorizando o desconto no seu contracheque do valor, nos termos previstos no Regulamento de Administração do Exército, observados os limites contidos na legislação em vigor.

c) Houve comprovada má-fé por parte do militar citado, pois, segundo seu depoimento, escolheu de forma consciente realizar a quitação de débitos anteriores da ocupação de um PNR localizado na Vila Militar, à realizar o pagamento do PNR que ocupava no ESJ.

d) Diante disso, e de acordo o inciso II, do Art. 35 da Portaria nº 1.324 de 4 de outubro de 2017, os débitos ocorridos a partir de 1º de agosto de 2011 devem ser atualizados somente com base na taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), cujo histórico é obtido junto ao sítio do Banco Central do Brasil, ou em outro índice que venha substituí-la.

e) Também em depoimento o militar não se nega a quitar o valor devido, porém declara que não possui condições financeiras para quitá-la e parcela única.

2. Isto posto, pelo que resultou apurado e consoante das provas aos autos e a análise realizada na parte expositiva, deve-se atentar, primeiramente, ao que prescreve a legislação vigente:

Art. 20. Após o ciente do responsável notificado, e não tendo sido recolhido o valor no prazo estipulado por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), o Cmt, Ch ou Dir OM adotará as seguintes providências:

I - independentemente do reconhecimento da dívida, determinará o desconto no contracheque, observado o disposto nestas normas e no RAE e os limites estabelecidos na legislação em vigor; e  
(...)

§ 2º Nos casos em que houver parcelamento da dívida, o Cmt, Ch ou Dir OM definirá o valor mensal do desconto, considerando:

I - se o valor da prestação é suficiente para o pagamento dos juros e para a amortização do valor da dívida

atualizado; Separata ao Boletim do Exército nº 41, de 13 de outubro de 2017. - 13

II - o menor número de prestações possível, levando-se em conta o limite máximo disponível da margem consignável do responsável;

III - o limite de até 60 (sessenta) vezes para o parcelamento da dívida; e IV - que o valor de cada parcela deverá ser atualizado mensalmente e, quando for o caso, acrescido dos juros correspondentes.

Art. 21. Na implantação dos descontos no contracheque do responsável, deverão ser observadas as seguintes prescrições:

I - se militar da ativa, inativo ou pensionista, os descontos deverão observar as disposições constantes na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e na Portaria nº 046-SEF, de 1º de julho de 2005, ou normas que venham a substituí-las ; e

(...)

II - havendo comprovada má-fé:

(...)

b) débitos ocorridos a partir de 1º de agosto de 2011 devem ser atualizados somente com base na taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), cujo histórico é obtido junto ao sítio do Banco Central do Brasil, ou em outro índice que venha a substituí-la.

§ 1º Não há incidência de juros sobre os valores dos juros já apurados (juro sobre juro), sendo estes valores atualizados apenas monetariamente.

(...)

(Portaria nº 1.324 de 4 de outubro de 2017)

3. Resta concluir que, não tendo sido recolhido o valor por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), não havendo a elisão do dano e observando o que prescreve a legislação:

Art. 23. A responsabilidade pelo acompanhamento do precesso e pela atualização do débito, até a quitação do dano ou a sua efetiva inscrição na dívida ativa da união, é da OM onde ocorreu o dano, independentemente de movimentação ou transferência para a reserva remunerada do responsável.

(...)

Art. 35. A atualização do débito com o erário deverá ser mensal, registrada em campo específico do SISADE e seguiras normas e decisões do TCU, que tem como premissas básicas o que segue:

(...)

Art. 36. A atualização monetária e os juros moratórios incidente sobre o valor do débito devem ser calculados segundo o prescrito na legislação vigente e com incidência a partir:

I - da data do crédito na conta bancária específica, quando conhecida, ou da data do repasse dos recursos - no caso de omissão no dever de presta contas ou quando as contas apresentadas não comprovarem a regular aplicação dos recursos, exceto nas ocorrências previstas no inciso II deste artigo;

II - da data do pagamento - quando houver impugnação de despesas específicas e os recursos tiverem sido aplicados no mercado financeiro ou quando caracterizada a responsabilidade de terceiro; ou

III - da data do evento, quando conhecida, ou da data de ciência do fato pela administração - nos demais casos.



(Portaria nº 1.324 de 4 de outubro de 2017)

- a) Publicar esta solução em BI;
- b) Incluir a inscrição do syndicado na dívida ativa da União, assim previsto na Portaria nº 1.324, de 04 de outubro de 2017 que aprova as Normas para a apuração de Irregularidades Administrativas -EB 10-N-13.007 (slide nº 22 do seguinte documento: [http://www.2icfex.eb.mil.br/images/conteúdo/área\\_das\\_secoes/01/satt/07\\_treinoamento\\_2019/palestras/PALESTRA\\_SISADE\\_2019\\_2.pdf](http://www.2icfex.eb.mil.br/images/conteúdo/área_das_secoes/01/satt/07_treinoamento_2019/palestras/PALESTRA_SISADE_2019_2.pdf)).
- c) Os interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

Em consequência:

- 1. Publicar no BAR o Termo de Reconhecimento de Dívidas do Ten Cel RÉGIS LUCIANO FONTOURA SOARES;
- 2. Realizar o acompanhamento do precesso e a atualização do débito, até a quitação do dano, atualizando mensalmente em campo específico no Sistema de Acompanhamento de Dano ao Erário (SISADE).
- 3. Solicitar ao Comandante do Camando Militar do Leste:
  - a. Que determine o desconto no contracheque, observando o disposto na Portaria nº 1.324 de 4 de outubro de 2017 e no RAE e os limites estabelecidos na legislação em vigor.
  - b. Que caso haja parcelamento da dívida, que defina o valor mensal do desconto, considerando: se o valor da prestação é suficiente para o pagamento dos juros e para a amortização do valor da dívida atualizado; parcelar no menor número de prestações possível, levando-se em conta o limite máximo disponível da margem consignável do responsável; ter o limite máximo de até 60 (sessenta) vezes para parcelamento da dívida; e que o valor de cada parcela deva ser atualizado mensalmente e, quando for o caso acrescido dos juros correspondentes.
  - c. Que informe à PMZS e quantos meses a dívida do militar foi parcelada.
  - d. Que informe mensalmente à PMZS os valores das parcelas pagas pelo militar para atualização do SISADE.

## **2. DISCIPLINA**

Sem Alteração

**MARCELO JOSÉ VIDAL DOS SANTOS PINTO - Cel**  
Prefeito Militar da Zona Sul